

Credor poderá apoiar a capitalização

Heitor Tepedino

Nova Iorque — O sistema financeiro internacional, no entender do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, está caminhando para estabelecer a capitalização parcial dos juros devidos pelos países com grandes débitos. No entanto, Simonsen acha que deve-se tomar todo cuidado para que este processo não transforme as dívidas em bola de neve, conforme proposta de, num total de 14 por cento de juros anuais — 12 por cento de juros e dois por cento de "spread" — a capitalização fosse de 12 por cento e apenas dois por cento fossem pagos. No entender do ex-ministro, a capitalização poderia atingir no máximo 40 por cento do total a ser pago.

Simonsen ressalta que no caso do Brasil, não é possível que o presidente do Banco Central, Affonso Pastore, todos os anos, tenha de negociar com 500 ou 600 bancos a reestruturação do débito brasileiro, sendo muito mais prático o estabelecimento de parâmetros para que os créditos necessários sejam automaticamente contabilizados, mas, obviamente, tomando-se por princípio, de um lado, manter-se o sistema bancário com saúde e, do outro, atender os interesses dos países devedores. "O que não tem sentido — ponderou Simonsen — é negociar-se novos créditos com os banqueiros todos os anos para pagar-se a eles próprios".

O ex-ministro da Fazenda e do Planejamento estará, hoje, em Washington, participando de seminário econômico promovido pelo Eximbank (Export Import Bank of United States), intitulado "O Problema do Débito Internacional visto pelos países desenvolvidos", quando irá defender em sua palestra mudanças de política do Fundo Monetário Internacional, afirmado que "se uma recessão temporária pode ser inevitável para ajustar-se a economia, uma recessão prolongada deveria ser considerada pelo FMI tão perturbadora como uma inflação galopante. Especialmente nos países em desenvolvimento — irá ponderar Simonsen — isto provoca tensões sociais e instabilidade política".

Nas suas conclusões em que apresenta várias sugestões para resolver o problema dos países devedores e do sistema financeiro internacional, Simonsen irá afirmar, em sua conferência, que o FMI precisa abrir consideravelmente os horizontes, mas, em termos de curto prazo deveria limitar-se estritamente em três pontos: 1 — o comportamento do balanço de pagamentos, 2 — nível real da política cambial, e 3 — redução das medidas protecionistas que podem impedir outros países devedores a ajustarem suas políticas. Além disso, o FMI deveria exigir de cada país um plano econômico, visando combate à inflação, promover uma política salarial flexível, expandir a poupança interna, promover a expansão das exportações e encorajar a substituição de capital de risco por débito externo.

Entre várias outras considerações, Mário Simonsen irá afirmar na sua palestra promovida pelo Eximbank que "concretizar-se a cooperação entre os credores e os devedores é necessário mas não é o suficiente para a solvência internacional. Efetivamente a cooperação precisa ser provada mediante o declínio dos índices débito/exportação, tão grande quanto necessário".

O déficit do orçamento dos Estados Unidos será outro ponto a ser criticado pelo ex-ministro, defendendo a melhoria da liquidez real, bem como uma robusta recuperação dos países da OECD.

Ao analisar a crise internacional que gerou o impasse entre os países devedores e os credores, Simonsen afirmará que ambos os lados têm os seus erros, mas "os motoristas não podem ser responsabilizados por engarrafamentos quando a causa do problema deve-se a defeitos dos sinais de trâfego".

Entre suas sugestões, Simonsen propõe a paralisação das ações protecionistas contra os países devedores que estão sendo assistidos pelo FMI. Diz que tal medida deveria envolver um acordo entre os principais países credores e duas instituições internacionais, o FMI e o Gatt. Pondera que desde que a balança comercial de países devedores está sob o alvo do FMI, toda a exportação perdida tem de ser compensada por igual corte junto aos países credores. A seu ver, o protecionismo em países credores é a causa dos seus próprios fracassos: isto força igual represália pelo país devedor, não necessariamente política, mas por razões de balanço de pagamentos. Simonsen acrescenta que isto está largamente demonstrado com a recessão da América Latina em 1983, que custou aos Estados Unidos a perda de cerca de 500 mil empregos. Para o ex-ministro, o protecionismo em termos de balanço de pagamentos tem de chegar a zero.